



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Administrativa
Dispensada a Especialidade

Caderno de Prova, Cargo B02, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém o tema da prova discursiva-redação e o espaço para rascunho.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a prova discursiva na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Transcrição da Prova Discursiva.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Abril/2007

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto seguinte.

A Bela Azul

Como a Terra é bela! Certos estavam os teólogos e astrônomos antigos em colocá-la no centro do universo! Os astrônomos modernos e os geômetras se riram da sua ingenuidade e presunção... Ora, a Terra, essa poeira ínfima perdida em meio a bilhões de estrelas e galáxias – o centro em torno do qual todo o universo gira?

Mas eles, cientistas, não sabem que há duas formas de determinar o centro. Pode-se determinar o centro com o cérebro e pode-se determinar o centro com o coração. O cérebro mede o espaço vazio com réguas e calculadoras para assim localizar o seu centro geométrico. Mas, para o coração, o centro do universo é o lugar do amor.

Para o pai e a mãe, qual é o centro de sua casa? Não será o berço onde o filhinho dorme? E para o trabalhador na roça, cansado e sedento, o centro do mundo não é uma fonte de água fresca? Chove e faz frio. A família inteira se reúne em torno da lareira, onde o fogo crepita. Ali se contam estórias... E sabe o apaixonado que o centro do mundo é o rosto de sua amada, ausente...

Recebi de um amigo, via Internet, uma série de fotografias da Terra, tiradas de um satélite. Vinha tudo com o nome de “A Bela Azul”. Que lindo nome para a nossa Terra! Porque é com a cor azul que ela aparece. Lembrei-me de um verso de Fernando Pessoa: “... e viu-se a Terra inteira, de repente, surgir, redonda, do azul profundo”. O filósofo Nietzsche também era um apaixonado pela Terra. Dizia que era uma deformação do espírito ficar lendo um livro em casa, num dia luminoso, quando a natureza está lá fora, fresca e radiante. É possível imaginar que ele, que proclamou a morte de Deus, tenha secretamente elegido a Terra como seu objeto de adoração.

Mas agora anunciam os cientistas que a Bela Azul está agonizante...

(Rubem Alves, **Folha de S. Paulo**, 07/02/2007)

1. O autor afirma, no primeiro parágrafo: *Certos estavam os teólogos e astrônomos antigos (...)*. Com essa afirmação, pretende ele
 - (A) menosprezar a legitimidade das investigações e das conclusões científicas.
 - (B) provar que os astrônomos antigos colocavam a emoção acima da razão.
 - (C) iniciar uma argumentação na qual relativiza o peso das verdades racionais.
 - (D) concluir sua tese de que as propriedades do universo derivam do amor.
 - (E) demonstrar seu respeito pelos sábios antigos, mais sensíveis que os atuais.

2. No desenvolvimento do texto, a demonstração de que *há duas formas de determinar o centro*
 - (A) revela-se insustentável, porque uma forma exclui a outra.
 - (B) sustenta-se perfeitamente, se o critério for o padrão da racionalidade.
 - (C) não faz sentido, porque as duas formas excluem-se reciprocamente.
 - (D) sustenta-se perfeitamente, uma vez aceitos dois distintos critérios.
 - (E) revela-se insustentável, pois ambos os critérios são imprecisos.

3. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. O emprego de pontos de exclamação e reticências ao longo do texto indica a ação constante da subjetividade de quem o escreveu.
 - II. No terceiro parágrafo o autor pondera, de modo equilibrado e simétrico, a antinomia entre as razões do cérebro e as do coração.
 - III. No quarto parágrafo, o autor refere-se a um seu amigo, a Fernando Pessoa e a Nietzsche para ilustrar perspectivas e conclusões bastante distintas.

Em relação ao texto, está correto somente o que se afirma em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) I e III.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma frase ou expressão do texto em:
 - (A) *Certos estavam os teólogos* = os teólogos estavam seguros.
 - (B) *tenha secretamente elegido a Terra* = com desvelo foi escolhida a Terra.
 - (C) *onde o fogo crepita* = aonde ardem as labaredas.
 - (D) *se riram da sua ingenuidade e presunção* = fizeram glosa de sua inocência e premeditação.
 - (E) *era uma deformação do espírito* = representava uma deturpação da alma.

<p>5. Na frase <i>Dizia que <u>era</u> uma deformação do espírito <u>ficar lendo</u> um livro em casa (...) quando a natureza <u>está</u> lá fora, fresca e radiante</i>, haverá correlação entre os tempos e modos verbais caso as formas sublinhadas sejam substituídas, respectivamente, por</p> <p>(A) será - ficasse lendo - estiver (B) seria - estar a ler - estivesse (C) será - ler - estivera (D) seria - ler-se - esteja (E) seria - estivesse lendo - estará</p>	<p>9. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:</p> <p>(A) Para esses pais, o centro não será o berço, <u>em cujo</u> o filhinho está dormindo? (B) O universo, <u>de cujo</u> a Terra já foi considerada centro, revelou-se mais complexo do que supunham os antigos astrônomos. (C) Não será o rosto da amada, <u>de cuja</u> ausência nos ressentimos, o centro do nosso universo? (D) O filósofo considerava uma aberração a leitura de um livro <u>à qual</u> nos dispensássemos de contemplar a beleza da natureza. (E) Os argumentos <u>dos quais</u> se prende o autor do texto incluem os que ele considera identificados com as chamadas “razões do coração”.</p>
<p>6. As normas de concordância verbal estão inteiramente observadas na frase:</p> <p>(A) Aos nossos corações não parecem de todo aceitável que se elejam apenas os critérios racionais para se determinarem o que é central nas coisas. (B) Seja um berço, uma fonte de água pura, uma paixão, instituem tudo isso centros dinâmicos dos nosso interesses e das nossas necessidades. (C) Não houvessem duas formas de determinar o centro das coisas, não haveria como opor as razões de um astrônomo às razões de um poeta. (D) Não nos espante que as razões do filósofo para negar a existência de Deus estejam na base de sua atração pelos dons da natureza, que o sensibilizam. (E) Para muitos físicos modernos, não deixa de fazer sentido os diferentes critérios que se leva em conta para se definir o que seja “o centro.”</p>	<p>10. A pontuação está inteiramente adequada na frase:</p> <p>(A) Recebi, via Internet, de um amigo que há muito não vejo, uma série de fotografias da Terra, tiradas de um satélite. (B) Tanto os astrônomos antigos como os teólogos, não erravam, na opinião do autor, quando consideravam que, a Terra, essa poeira ínfima, era o centro do universo. (C) Nada mais central na casa para os pais, que o lugar onde está o berço do filhinho, nada tendo a ver esse centro afetivo, com o geométrico da casa edificada. (D) Será que Nietzsche interrompia a cada belo crepúsculo, suas leituras e seus escritos, sobretudo estes que, tanto peso tiveram nas idéias de seu tempo? (E) O astronauta russo, Yuri Gagárin, ao ter a visão de nosso planeta a partir de um satélite, enviou para todos nós, esta primeira mensagem de encantamento, “A Terra é azul!”.</p>
<p>7. A construção que NÃO admite transposição para a voz passiva é:</p> <p>(A) Os astrônomos antigos colocaram-na no centro do universo. (B) A mensagem chegou com o título de “A Bela Azul”. (C) O coração coloca as razões do amor no centro do universo. (D) Anunciam os cientistas a agonia de nossa Bela Azul. (E) A presença da natureza por vezes nos desvia da leitura de um livro.</p>	<p>11. Sim, a Terra é bela, mas tanto já <u>prejudicamos a Terra, julgando a Terra</u> indestrutível, que o que resta agora é buscar <u>preservar a Terra</u> de outras deletérias ações humanas.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) prejudicamo-la - a julgando - preservar-lhe (B) prejudicamos-lhe - julgando-a - lhe preservar (C) a prejudicamos - julgando-lhe - preservá-la (D) a prejudicamos - julgando-a - preservá-la (E) prejudicamo-la - a julgando - preservar a ela</p>
<p>8. Está clara, correta e coerente a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Através dos séculos se afirmou de que a Terra e não o Sol, constituísse o centro do universo, afirmação que indispôs Copérnico e Galileu. (B) Muitos dos mais presunçosos cientistas de hoje, julgam que também os fossem os de outrora, isso reflete um certo padrão de comportamento. (C) A julgar por Nietzsche, a natureza oferece espetáculos cuja beleza não poderíamos nos afastar sequer ao pretexto de se estar lendo um bom livro. (D) Os exemplos do roceiro e o apaixonado são feitos para nos convencer de que o centro do nosso mundo é o que se quer assim considerá-lo. (E) O filósofo que não hesitou em proclamar a morte de Deus é o mesmo que se curvou, emocionado, diante das belezas indescritíveis da natureza.</p>	<p>12. <i>Pode-se determinar o centro com o cérebro e pode-se determinar o centro com o coração.</i></p> <p>A construção que está correta e preserva o sentido central da frase acima é:</p> <p>(A) À medida que se delimita o centro com o cérebro, faz-se igualmente com o coração. (B) Ainda que se possa chegar ao centro com o cérebro, assim também ocorre com o coração. (C) Se se pode precisar o centro com o cérebro, eis que acontece também com o coração. (D) Já que se pode localizar o centro com o cérebro, da mesma forma ocorre com o coração. (E) Tanto se pode identificar o centro com o cérebro como se pode identificá-lo com o coração.</p>

<p>13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se obrigatoriamente numa forma do plural para preencher de modo correto a frase:</p> <p>(A) Não (ocorrer) aos astrônomos antigos que os planetas girassem em torno do Sol.</p> <p>(B) (dizer) respeito a cada ser humano as pequenas batalhas diárias que visam à preservação do nosso planeta.</p> <p>(C) (faltar) a todos os habitantes deste planeta tomar consciência dos riscos que estamos correndo.</p> <p>(D) Sejam bem-vindas todas as medidas a que se (poder) recorrer para a melhoria da qualidade de vida na Terra.</p> <p>(E) Não (haver) outras preocupações, já a escassez de água representa uma calamitosa ameaça para a vida na Terra.</p>	<p>16. As tecnologias denominadas Matriz passiva e Matriz ativa são utilizadas em monitores de vídeo de</p> <p>(A) CRT monocromático.</p> <p>(B) LCD monocromático.</p> <p>(C) CRT colorido.</p> <p>(D) LCD colorido.</p> <p>(E) CRT colorido ou monocromático.</p>
<p>14. Considere as seguintes frases:</p> <p>I. A família se reúne em torno da lareira.</p> <p>II. Em torno da lareira contam-se histórias.</p> <p>III. A lareira é o centro da casa.</p> <p>Essas frases articulam-se de modo claro, correto e coerente em:</p> <p>(A) A lareira é o centro da casa, conquanto ali se reúne a família e contam histórias em torno dela.</p> <p>(B) Sendo o centro da casa, a família se reúne e contam-se histórias em torno da lareira.</p> <p>(C) O centro da casa é a lareira, dado que em volta dela reúne-se a família e contam-se as histórias.</p> <p>(D) Contam-se histórias em volta da lareira, centro em torno de cujo se reúne a família.</p> <p>(E) A família se reúne em torno da lareira, visto que ela é o centro da casa, em torno da qual se contam histórias.</p>	<p>17. Um item selecionado do Windows XP pode ser excluído permanentemente, sem colocá-lo na Lixeira, pressionando-se simultaneamente as teclas</p> <p>(A) <i>Ctrl</i> + <i>Delete</i>.</p> <p>(B) <i>Shift</i> + <i>End</i>.</p> <p>(C) <i>Shift</i> + <i>Delete</i>.</p> <p>(D) <i>Ctrl</i> + <i>End</i>.</p> <p>(E) <i>Ctrl</i> + <i>X</i>.</p>
<p>15. Quanto à observância da necessidade do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Não falta à perspectiva adotada pelo autor o subjetivismo de quem se apega àquelas razões que a ciência não considera.</p> <p>(B) Os homens desconheciam, à princípio, que o sol constituía o centro do nosso sistema, que cabia à essa estrela a primazia de protagonista.</p> <p>(C) Na Antigüidade, àqueles astrônomos e teólogos que consideravam a Terra como o centro do universo não se oferecia à menor contestação.</p> <p>(D) Sempre coube a grande poesia, como no caso da de Fernando Pessoa, celebrar às visões totalizadoras do nosso planeta.</p> <p>(E) Uma à uma, as teorias da astrofísica vão atualizando os conhecimentos que se destinam à descrever o funcionamento do universo.</p>	<p>18. Ao digitar um texto em um documento Word, teclando-se simultaneamente <i>Ctrl</i> + <i>Backspace</i> será excluído</p> <p>(A) todas as palavras até o final do parágrafo.</p> <p>(B) uma palavra à direita.</p> <p>(C) um caractere à esquerda.</p> <p>(D) um caractere à direita.</p> <p>(E) uma palavra à esquerda.</p> <p>19. No Internet Explorer 6, os <i>links</i> das páginas visitadas recentemente podem ser excluídos executando-se</p> <p>(A) Limpar histórico da pasta Histórico.</p> <p>(B) Excluir <i>cookies</i> dos arquivos temporários.</p> <p>(C) Assinalar <i>about:blank</i> na página inicial .</p> <p>(D) Limpar <i>cookies</i> da página inicial.</p> <p>(E) Assinalar <i>about:blank</i> na pasta Histórico.</p> <p>20. Quando um arquivo não pode ser alterado ou excluído acidentalmente deve-se assinalar em Propriedades do arquivo o atributo</p> <p>(A) Criptografar o conteúdo.</p> <p>(B) Somente leitura.</p> <p>(C) Gravar senha de proteção.</p> <p>(D) Proteger o conteúdo.</p> <p>(E) Oculto.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O princípio da supremacia da Constituição em face das demais normas que compõem o ordenamento jurídico estatal, é característico das Constituições

- (A) sintéticas.
- (B) rígidas.
- (C) flexíveis.
- (D) costumeiras.
- (E) analíticas.

22. A Constituição Federal, no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos, estabelece que

- (A) não será concedida extradição por crime comum, salvo por crime político ou de opinião.
- (B) é assegurado o direito de agravo, proporcional ao de resposta, vedada a indenização por dano material ou à imagem, salvo em caso de dano moral.
- (C) as entidades associativas, ainda que não expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente, desde que em funcionamento há mais de cinco anos.
- (D) no caso de iminente perigo público, a autoridade civil ou militar poderá usar de propriedade particular, vedada a indenização ulterior em caso de dano.
- (E) a criação de associações e a de cooperativas na forma da lei, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

23. As normas de eficácia contida são caracterizadas por

- (A) não produzirem efeito de auto-aplicabilidade e imperatividade jurídica.
- (B) somente produzirem efeito após a edição de norma que a complemente.
- (C) estarem condicionadas, para a sua eficácia, de regulamentação posterior e futura.
- (D) produzirem efeito imediatamente, muito embora possam ter tais efeitos restringidos por normas infraconstitucionais.
- (E) se inviabilizarem quanto a sua aplicabilidade, na hipótese da edição de lei ordinária posterior.

24. Nascido em Londres, mas residente no Brasil há vinte anos ininterruptos e sem ostentar qualquer condenação penal, Robert Scoot (37 anos de idade) requereu a nacionalidade brasileira que lhe foi concedida. Assim poderá ele exercer, dentre outros, o cargo de

- (A) Senador.
- (B) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Oficial das Forças Armadas.
- (D) Ministro de Estado da Defesa.
- (E) Presidente da Câmara dos Deputados.

25. Quanto ao tratamento constitucional reservado aos servidores público, considere:

- I. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.
- II. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal não será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
- III. A lei poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- IV. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

É correto o que consta APENAS em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

26. João é Juiz de Direito da Comarca da Capital do Estado de São Paulo. Paulo é Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Pedro é Desembargador do Tribunal Regional Federal com sede na Capital de São Paulo. Mário é membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Manoel é Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Podem vir a integrar o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- (A) João e Pedro.
- (B) Paulo e Pedro.
- (C) Pedro e Mário.
- (D) Mário e Manoel.
- (E) João e Manoel.

27. A respeito do alistamento, é INCORRETO afirmar que

- (A) do despacho que deferir o requerimento de inscrição caberá recurso por parte de qualquer delegado de partido.
- (B) a restituição de qualquer documento não poderá ser feita antes de despacho do pedido de alistamento pelo Juiz Eleitoral.
- (C) do despacho que indeferir o requerimento de inscrição caberá recurso interposto pelo alistando.
- (D) a entrega do título far-se-á ao próprio eleitor, mediante comprovante de recolhimento da taxa de 1/4 do salário mínimo em estabelecimento bancário oficial.
- (E) é obrigatória a remessa ao Tribunal Regional da ficha do eleitor após a expedição do seu título.

<p>28. Considere:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. Presidente da República. II. Vice-Presidente da República III. Senador. IV. Deputado Federal V. Governador. VI. Vice-Governador. VII. Deputado Estadual VIII. Prefeito Municipal. IX. Vice-Prefeito Municipal. X. Vereador. <p>Adotar-se-á o princípio majoritário nas eleições SOMENTE em</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) I, II, III e IV. (B) IV, VII e X. (C) III, IV, VII e X. (D) I, II, V, VI, VIII e IX. (E) I, II, III, V, VI, VIII e IX. 	<p>31. A respeito dos atributos do ato administrativo, é INCORRETO afirmar que</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) a presunção de legitimidade é relativa ou <i>juris tantum</i>. (B) a imperatividade ocorre naqueles atos em que impõem obrigações a terceiros, independentemente de sua concordância. (C) o ato administrativo pode ser praticado pela própria Administração Pública, independentemente da intervenção do Poder Judiciário, em face da auto-executoriedade. (D) a presunção de legitimidade tem o conceito de que os fatos alegados pela Administração supõem-se como verdadeiros. (E) decorrem dos interesses que a Administração Pública representa quando atua, isto é, os interesses da coletividade.
<p>29. A respeito da filiação partidária,</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) o estatuto do partido não pode prever outras formas de cancelamento da filiação partidária além dos casos previstos em lei. (B) considera-se deferida, para todos os efeitos, a filiação partidária com o atendimento das regras estatutárias do partido. (C) constatada a dupla filiação, será considerada nula a filiação partidária mais antiga. (D) para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos há seis meses antes da data do pleito. (E) o eleitor que não estiver no pleno gozo de seus direitos políticos pode filiar-se a partido, mas não pode concorrer a cargo eletivo. 	<p>32. Acerca da licitação, considere.</p> <ul style="list-style-type: none"> I. A Administração Pública poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado. II. Sempre que a Administração Pública receber uma excelente proposta para contratar, deverá firmar contrato diretamente, sem licitação. III. No procedimento licitatório, o edital é o ato por meio do qual a Administração Pública divulga o certame e fixa as condições para participação. IV. A modalidade convite é a adequada para contratar trabalhos científicos ou artísticos, com fixação prévia de prêmio. <p>É correto o que consta APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) I e II. (B) I e III. (C) II e IV. (D) I, II e III. (E) II, III e IV.
<p>30. O requerimento do registro de partido político dirigido ao cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital Federal, deve ser subscrito por seus fundadores, em número nunca inferior a</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) cinquenta, com domicílio eleitoral em todos os Estados da Federação. (B) duzentos, com domicílio eleitoral em, no mínimo, a metade dos Estados. (C) cento e um, com domicílio eleitoral em, no mínimo, um terço dos Estados. (D) quinhentos, com domicílio eleitoral em, no mínimo, um quarto dos Estados. (E) dez por cento dos votos válidos da última eleição para Presidente da República. 	<p>33. No que tange às características do contrato administrativo, considere.</p> <ul style="list-style-type: none"> I. A rescisão do contrato administrativo, quando em razão de interesse público, nunca resulta ressarcimento de prejuízos. II. A alteração unilateral pela Administração Pública é permitida, mas ao contratado é garantida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. III. O contratado tem responsabilidade exclusiva no cumprimento dos encargos fiscais, trabalhistas e comerciais. IV. No contrato administrativo, o contratado pode ceder ou transferir a execução do objeto, independentemente do que constou do edital. <p>É correto o que consta APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) I e II. (B) II e IV. (C) II e III. (D) I, II e III. (E) II, III e IV.

34. Sobre a inexecução do contrato administrativo, é INCORRETO: afirmar:

- (A) Em regra, se houver atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela Administração, o contratado tem o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- (B) Se houver sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.
- (C) Se ocorrer caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada e que impeça a execução do contrato, poderá a Administração Pública rescindir unilateralmente.
- (D) No caso de não cumprimento das especificações ou do projeto do contrato administrativo, poderá acarretar rescisão unilateral e, dentre outras sanções, retenção de eventuais créditos até o limite dos prejuízos causados à Administração.
- (E) Nos casos de inexecução de contrato e conseqüente rescisão por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, independentemente de eventual culpa do contratado, este, só terá direito à devolução da garantia.

35. Tendo em vista o que dispõe a Lei de Improbidade Administrativa, em relação à responsabilização do agente público que praticou ato de improbidade, considere.

- I. Aquele que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, estará sujeito, dentre outras cominações, à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.
- II. Aquele que revelar teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria antes da respectiva divulgação oficial estará sujeito, dentre outras cominações, ao pagamento de multa civil de até três vezes o valor da remuneração percebida por ele e proibição de contratar com o Poder Público, pelo prazo de dez anos.
- III. Aquele que causar lesão ao erário, ainda que culposamente, permitindo a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado, estará sujeito, dentre outras cominações, à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.
- IV. Aquele que perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza estará sujeito, dentre outras cominações, à suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos e pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do acréscimo patrimonial.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

36. No que concerne à vigência e aplicação das leis, de acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, é correto afirmar que

- (A) salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (B) não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- (C) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes modifica a lei anterior.
- (D) a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida nos Estados estrangeiros se inicia dois meses depois de oficialmente publicada.
- (E) as correções a texto de lei já em vigor não consideram-se lei nova.

37. A respeito da personalidade e capacidade das pessoas naturais, é correto afirmar que

- (A) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (B) cessará, para os menores, a incapacidade pela colação de grau em curso de ensino médio.
- (C) presume-se a morte, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.
- (D) são relativamente incapazes os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- (E) o pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da mesma proteção dada ao nome.

38. Sobre a responsabilidade civil, considere:

- I. Haverá obrigação de reparar o dano independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- II. Aquele que habitar parte de prédio não responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem.
- III. O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos cuja necessidade fosse manifesta.
- IV. Quando a vítima concorrer culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada levando-se em conta a gravidade da sua culpa em confronto com a do autor do dano.

De acordo com o Código Civil, é correto o que consta APENAS em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

39. Sobre o Juiz, considere:

I. Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.

II. O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei.

III. Responderá por perdas e danos o juiz quando retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte.

IV. O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei.

De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma APENAS em:

(A) I, II e III.
 (B) I e III.
 (C) III e IV.
 (D) I, III e IV.
 (E) II, III e IV.

40. O juiz poderá dispensar a citação e produzir imediatamente sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada, quando a matéria controvertida for

(A) unicamente de direito e em qualquer juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos.

(B) de direito ou de fato e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos.

(C) unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de procedência total ou parcial em outros casos idênticos.

(D) unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos.

(E) objeto de Súmula editada pelo Supremo Tribunal Federal, pouco importando se já proferiu sentença em outros casos idênticos.

41. No que concerne aos prazos, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:

(A) O prazo estabelecido pela lei é contínuo, mas será suspenso nos feriados.

(B) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em quádruplo os prazos para contestar e em dobro para recorrer.

(C) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.

(D) Computar-se-ão em quádruplo o prazo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública, Defensoria Pública ou o Ministério Público.

(E) Podem as partes, de comum acordo, reduzir o prazo dilatatório antes do vencimento do prazo, se fundar em motivo legítimo.

42. A respeito da Lei penal no tempo e no espaço considere:

I. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

II. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

III. Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações brasileiras de natureza pública, privada ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem.

IV. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio ou a fé pública de autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.

De acordo com o Código Penal brasileiro, está correto o que consta APENAS em:

- (A) II, III e IV.
 (B) I, II e III.
 (C) I, II e IV.
 (D) III e IV.
 (E) I e II.

43. Mário, valendo-se da condição de funcionário público, cogita em subtrair cinco computadores de propriedade do Estado que se localizam na repartição pública que trabalha. Para ajudá-lo na subtração convida Douglas, advogado da empresa particular GIGA e seu amigo íntimo. Neste caso, considerando que Mário e Douglas subtraíram somente dois computadores,

- (A) apenas Mário responderá pela prática de peculato tentado, uma vez que Douglas não era funcionário público não se comunicando circunstância pessoal.
- (B) apenas Mário responderá pela prática de peculato consumado, uma vez que Douglas não era funcionário público não se comunicando circunstância pessoal.
- (C) eles responderão pela prática de crime de peculato tentado em concurso de pessoas.
- (D) eles responderão pela prática de crime de peculato consumado em concurso de pessoas.
- (E) apenas Mário responderá pela prática de concussão consumada, uma vez que Douglas não era funcionário público não se comunicando circunstância pessoal.

<p>44. Quando o agente impede voluntariamente que o resultado de um crime se produza, está configurada a hipótese de</p> <p>(A) arrependimento eficaz e o agente só responderá pelos atos já praticados.</p> <p>(B) arrependimento posterior e o agente só responderá pelos atos já praticados.</p> <p>(C) arrependimento posterior e a pena do crime tentado será reduzida de um a dois terços.</p> <p>(D) arrependimento eficaz e a pena do crime tentado será reduzida de um a dois terços.</p> <p>(E) desistência voluntária e a pena do crime tentado será reduzida de um a dois terços.</p>	<p>47. De acordo com o Código de Processo Penal, o inquérito policial</p> <p>(A) deverá terminar no prazo de quinze dias se o indiciado tiver sido preso em flagrante.</p> <p>(B) será iniciado, nos crimes de ação pública, exclusivamente mediante requisição do Ministério Público ou requerimento do ofendido ou de seu representante legal.</p> <p>(C) não poderá ser arquivado pela autoridade policial, ainda que fique comprovada a inexistência do fato ou que o fato não constituía crime.</p> <p>(D) deverá terminar no prazo de sessenta dias quando o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.</p> <p>(E) é um ato de jurisdição e seus vícios afetaram a ação penal a que deu origem.</p>
<p>45. Com relação a liberdade provisória é correto afirmar que:</p> <p>(A) Em regra, o réu livrar-se-á solto mediante o pagamento de fiança quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada não exceder a 6 meses.</p> <p>(B) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção ou prisão simples.</p> <p>(C) A fiança não poderá ser concedida sem prévia audiência do Ministério Público sob pena de nulidade do ato.</p> <p>(D) Não será concedida fiança ao que estiver no gozo de suspensão condicional da pena, inclusive se processado por crime culposos que admita fiança.</p> <p>(E) O réu afiançado não poderá ausentar-se por mais de 3 dias de sua residência sem comunicar a autoridade processante o lugar onde será encontrado.</p>	<p>48. César, servidor público federal, foi investido em cargo de direção. Minerva, também servidora pública, foi previamente designada como sua substituta. Posteriormente, César teve autorizado o afastamento desse cargo. Nessa caso, Minerva assumirá</p> <p>(A) automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de direção, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.</p> <p>(B) automática e isoladamente, com prejuízo do cargo que ocupa, o exercício da função de direção, hipótese em que receberá a remuneração do cargo em substituição durante o respectivo período.</p> <p>(C) cumulativamente, e por nomeação, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício da função de direção, hipótese em que receberá a remuneração do cargo em substituição durante o respectivo período.</p> <p>(D) isoladamente, e por nomeação, com prejuízo do cargo que ocupa, o exercício da função de direção, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.</p> <p>(E) automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de direção, hipótese em que receberá a remuneração de seu cargo somada com a do cargo em substituição durante o respectivo período.</p>
<p>46. A respeito das Nulidades, considere:</p> <p>I. Em regra, nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.</p> <p>II. As omissões da denúncia ou da queixa ou da representação poderão ser supridas a todo o tempo, antes da sentença final.</p> <p>III. As partes poderão arguir a nulidade a qualquer tempo, inclusive, a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido.</p> <p>IV. A incompetência do juízo anula todos os atos realizados, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Penal, está correto o que consta APENAS em:</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) I e II.</p>	

49. Analise:
- I. Grau e modalidade da culpa.
 - II. Circunstâncias agravantes e atenuantes.
 - III. Danos para o serviço público que provierem da infração cometida.
 - IV. Intensidade do dolo.
 - V. Gravidade da infração cometida.
 - VI. Natureza da infração cometida.
 - VII. Antecedentes criminais.
 - VIII. Antecedentes funcionais.

É certo que, na aplicação de penalidades disciplinares, a Lei nº 8.112, de 11.12.1990, considera expressamente, APENAS o que contém nos itens:

- (A) I, II, III, V e VII.
- (B) I, II, IV, V e VII.
- (C) II, III, IV, VI e VII.
- (D) II, III, V, VI e VIII.
- (E) III, IV, VI, VII e VIII.

50. No âmbito da Administração Pública Federal, os processos administrativos devem observar, entre outros, o critério de
- (A) interpretação sistemática da norma administrativa, com cabimento de aplicação retroativa de nova interpretação.
 - (B) atendimento a fins de interesse geral, vedada, de regra, a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.
 - (C) movimentação de ofício, a critério da autoridade, mas com prejuízo da atuação dos interessados.
 - (D) subjetividade no atendimento do interesse público, permitindo-se, em certos casos, a promoção pessoal de agentes.
 - (E) aplicabilidade da lei, restrita aos órgãos do Poder Executivo, vedada aos demais Poderes, na área administrativa, por sua independência.

51. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, com relação as consultas, representações e reclamações é correto afirmar:
- (A) Distribuída a reclamação pelo Relator, será dada ciência à autoridade reclamada a fim de que, no prazo de quinze dias, preste as informações que achar necessárias.
 - (B) Em regra, se determinada consulta versar caso concreto e for suscetível de vir ao seu conhecimento por via recursal, o Tribunal não deverá se abster de responder.
 - (C) Qualquer eleitor poderá reclamar ao Tribunal contra ato ou despacho de Juiz, que importe em erro ou abuso de direito, no prazo de quinze dias.
 - (D) O julgamento das reclamações será em única sessão, facultando-se às partes o uso da palavra após o relatório por quinze minutos, primeiro ao reclamante, depois ao reclamado e a seguir, ao Procurador Regional.
 - (E) Nas reclamações é inadmissível a inquirição de testemunhas, sendo vedada a apresentação de rol não se tratando de questões fáticas.

52. Dos atos, resoluções e decisões dos Juizes ou Juntas Eleitorais, caberá recurso para o Tribunal Regional Eleitoral. A respeito dos recursos considere:

- I. Sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em três dias da publicação do ato, resolução ou decisão.
- II. Os recursos eleitorais terão efeito suspensivo, suspendendo-se a eficácia de ato, resolução ou decisão.
- III. Feita a distribuição do recurso a Secretaria do Tribunal abrirá vista dos autos à Procuradoria Regional, que deverá emitir parecer no prazo de quinze dias.
- IV. Em regra, no julgamento de um mesmo pleito eleitoral, as decisões anteriores sobre questões de Direito constituem prejudgados para os demais casos.

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é correto o que consta APENAS em:

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

53. Mário, João, José e Vitor são juizes de igual classe que tomaram posse no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba na mesma data. Mario tem 30 anos de idade e serviu como substituto por 2 anos; João tem 45 anos de idade e serviu como substituto por 3 anos; José tem 55 anos de idade e serviu como substituto por 1 ano e Vitor também tem 55 anos de idade e serviu como substituto por 6 meses. Considerar-se-á mais antigo para efeitos regimentais, de acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba,

- (A) José e Vitor.
- (B) Mário.
- (C) José.
- (D) Vitor.
- (E) João.

54. O consumo em quatro anos de um material foi de:

Ano	Consumo
2003	720 unidades
2004	600 unidades
2005	630 unidades
2006	660 unidades

Utilizando-se o método da média móvel, com um "n" igual a 3, o consumo previsto para 2007 será igual a

- (A) 600 unidades.
- (B) 630 unidades.
- (C) 650 unidades.
- (D) 652 unidades.
- (E) 653 unidades.

<p>55. Um material é consumido a uma razão de 3.000 unidades por mês, e seu tempo de reposição é de dois meses. O ponto de pedido, uma vez que o estoque mínimo deve ser de um mês de consumo é igual a:</p> <p>(A) 3.000 unidades.</p> <p>(B) 6.000 unidades.</p> <p>(C) 9.000 unidades.</p> <p>(D) 12.000 unidades.</p> <p>(E) 15.000 unidades.</p>	<p>58. Restos a Pagar decorrem de</p> <p>(A) despesas orçamentárias empenhadas, mas não pagas até o término do exercício financeiro.</p> <p>(B) obrigação de despesa contraída entre maio e dezembro do último ano do mandato.</p> <p>(C) despesas extra-orçamentárias, regularmente empenhadas, mas não quitadas até 31 de novembro de cada ano civil.</p> <p>(D) dívidas assumidas em anos anteriores, ainda não empenhadas.</p> <p>(E) valor principal das operações de crédito por antecipação da receita orçamentária (ARO).</p>
<p>56. Um programa sistematizado e desenvolvido para definir perfis profissionais que proporcionem maior produtividade e adequação ao negócio, identificando pontos de excelência e pontos de carências, suprimindo lacunas e agregando conhecimento e, tendo por base certos critérios mensuráveis objetivamente é denominado:</p> <p>(A) gestão social.</p> <p>(B) gestão do conhecimento.</p> <p>(C) educação corporativa.</p> <p>(D) desenvolvimento organizacional.</p> <p>(E) gestão por competências.</p>	<p>59. No que toca à despesa de pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que</p> <p>(A) em até 3 (três) quadrimestres, tal gasto retome seu limite máximo.</p> <p>(B) o limite prudencial corresponde a 90% do limite máximo.</p> <p>(C) os limites são antepostos somente para todo o nível de governo; nunca para cada Poder estatal.</p> <p>(D) os subsídios dos mandatos eletivos e o pagamento de pensionistas integram ambos o cômputo daquele gasto público.</p> <p>(E) a apuração considera apenas o gasto havido no mês anterior, proporcionalmente à receita corrente líquida.</p>
<p>57. Nos termos da Constituição Federal, compõe a lei de diretrizes orçamentárias:</p> <p>(A) metas e prioridades para os 4 (quatro) anos do mandato e orientações para elaboração do orçamento anual.</p> <p>(B) orçamento fiscal; orçamento de investimento das estatais; orçamento da seguridade social.</p> <p>(C) metas e prioridades para o exercício subsequente; alterações na legislação tributária; política de aplicação das agências oficiais de fomento.</p> <p>(D) programas de duração continuada; diretrizes e objetivos para as despesas de capital; critérios para limitação de empenho.</p> <p>(E) todos os investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro.</p>	<p>60. Ao longo do exercício financeiro, o Governo do Estado precisou instituir novo programa de assistência ao educando. Para tanto, valeu-se de um</p> <p>(A) crédito adicional suplementar.</p> <p>(B) crédito adicional especial.</p> <p>(C) crédito financeiro.</p> <p>(D) crédito extra-orçamentário.</p> <p>(E) crédito orçamentário.</p>

